

# Panorama linguístico angolano: da colonização à pós-independência<sup>1</sup>

*Angolan linguistic panorama: from colonization to post-independence*

**Nádia Carina da Silva Melo José** 

Doutoranda em Linguística no PPGL da Universidade Federal de Santa Catarina  
E-mail: nadiademelo60@gmail.com

## Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar um panorama geral do contexto sociolinguístico angolano, desde o período colonial até a atualidade, com foco na ascensão da língua portuguesa e na situação das línguas autóctones. Para tal, parte-se da chegada do português ao território angolano durante a colonização, abordando sua imposição como língua oficial e de ensino, bem como os efeitos das políticas linguísticas coloniais e pós-independência, com base em (Zau, 2011; Samuels, 2011; Nascimento; 2016; Oliveira, 2018; Bernardo, 2018). O estudo demonstra que a expansão do português em Angola se deu por meio de políticas linguísticas consistentes para sua promoção, enquanto, paralelamente, observam-se ações de exclusão e desvalorização das línguas autóctones, reveladas na ausência de políticas eficazes de promoção ou inclusão delas no sistema de ensino, sobretudo nas zonas urbanas. Nesse sentido, defende-se a necessidade urgente de políticas de revitalização e valorização das línguas autóctones, com o objetivo de preservar o multilinguismo e assegurar o reconhecimento das línguas nativas como parte fundamental da riqueza linguística de Angola. Não obstante a isso, reconhece-se a importância do português como língua de unificação nacional e de comunicação internacional, todavia, sustenta-se que isso não deve ocorrer em detrimento das demais línguas faladas no país. Assim, propõe-se um olhar mais inclusivo sobre o panorama linguístico

### Editora-chefe

Marcia dos Santos  
Machado Vieira

### Editoras convidadas

Luana Lamberti  
Ravena Beatriz de Sousa  
Teixeira

Recebido: 30/05/2025

Aceito: 04/12/2025

### Como citar:

JOSÉ, Nádia Carina da Silva Melo. Panorama linguístico angolano: da colonização à pós-independência. Revista Diadorim, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, e68595, 2025. DOI: <https://doi.org/10.35520/diadorim.2025.v27n2a68595>

<sup>1</sup> Este texto é resultado de um recorte, atualizado, da dissertação de mestrado da autora.

angolano, que contemple a diversidade linguística como um elemento central na construção de uma identidade nacional.

### **Palavras-chave:**

Português Angolano; Multilinguismo; Línguas autóctones; Panorama linguístico angolano

### **Abstract**

This paper provides an analytical overview of the Angolan sociolinguistic landscape, tracing the historical trajectory of the Portuguese language from its colonial imposition to its current status as the dominant, official, and instructional language. The study also examines the status of Angola's indigenous languages, particularly those from the Bantu and Khoisan families, which have experienced progressive marginalization. Drawing on historical and contemporary data found in Zau (2011), Samuels (2011), Nascimento (2016), Oliveira (2018), and Bernardo (2018), the paper argues that the decline in the number of speakers of native languages—especially in urban settings—is primarily attributable to the absence of coherent and effective language policy aimed at their promotion, preservation, and integration into formal education. The analysis highlights structural challenges, including monolingual educational practices, lack of investment in multilingual initiatives, and prevailing linguistic ideologies that associate indigenous languages with social underdevelopment. In light of these findings, the paper advocates for the implementation of revitalization policies that ensure the protection and valorization of Angola's linguistic heritage. While recognizing the socio-political relevance of Portuguese as a language of national cohesion and international communication, the study underscores the importance of a more inclusive and pluralistic linguistic policy that fosters equitable visibility and functional use of all national languages.

### **Keywords:**

Angolan Portuguese; Multilingualism; Autochthonous languages; Angolan linguistic panorama

## **Introdução**

O contexto sociolinguístico angolano é complexo, no entanto, acreditamos que abordar o seu panorama linguístico é uma tarefa primordial para a compreensão de qualquer fenómeno da linguagem. Até mesmo para entender o português como língua viva e em constante evolução em Angola, há a necessidade de, primeiramente, conhecer o percurso da língua no país e as diversas dimensões que contribuíram, por exemplo, para a vertiginosa ascensão do português.

Neste sentido, propõe-se, com este trabalho, contextualizar a situação linguística de Angola abordando a entrada da língua de origem protoindo-europeia no país, isto é, o período da invasão portuguesa; o contato linguístico do português com as línguas autóctones; a conjuntura linguística atual e, finalmente, as políticas linguísticas que se apresentam como fator preponderante para a ascensão do português e, conseqüentemente, a desvalorização das línguas africanas em Angola.

Assim sendo, a pesquisa busca situar a comunidade científica com discussões atualizadas sobre o panorama linguístico angolano, pois pouco se sabe sobre a realidade de Angola, sobretudo, no que se refere ao contexto linguístico. No Brasil, entre os linguistas, frequentemente ainda se ouve que os angolanos falam o português de Portugal; pensa-se no português em África sempre como segunda língua; acredita-se que as línguas autóctones possuem mais falantes que o português, entre outras generalizações que não refletem as particularidades de cada país africano.

À vista disso, para desconstruir tais equívocos e desenvolver a pesquisa, adotou-se, como metodologia de investigação, uma revisão bibliográfica que consistiu no relato e na análise de dados linguísticos e sócio-históricos presentes em trabalhos científicos que abordam o contexto sociolinguístico angolano. Ademais, realizou-se uma pesquisa documental, por meio da qual foram analisados documentos oficiais do Estado angolano, como a Lei Constitucional, a Lei de Bases do Sistema de Educação e o Estatuto do Assimilado - documento colonial utilizado pelo regime português como política de segregação e hierarquização entre os africanos, no qual os nativos considerados assimilados recebiam “benefícios”, tais como trabalhar em determinados setores públicos, possuir parte dos direitos civis e estar livres do trabalho compulsório (Souza, 2019).

Isso posto, reforçamos que esse estudo parte da necessidade de instigar o leitor a repensar os mitos e equívocos sobre os países africanos de língua portuguesa. Para tal, nas seções que seguem, além abordar o português em Angola, falaremos da visão dos colonizadores sobre as línguas nativas no período colonial, as conseqüências das políticas linguísticas coloniais na pós-independência, bem como as políticas linguísticas do Estado frente ao multilinguismo.

## As línguas faladas em Angola

Tratar das línguas faladas em Angola não é uma tarefa fácil, isso ocorre por pelo menos duas razões: (i) há escassez de estudos sobre as línguas bantu e khoisans de Angola e (ii) não há, na literatura, um consenso sobre o número de línguas autóctones faladas em tal território. A condição (ii) se deve ao fato de que, na tentativa de documentar as línguas na África, os linguistas realizaram trabalhos de campo que, em geral, consistia em coletas com informantes, isto é, os falantes do idioma, com o intuito de listar o vocabulário da língua, descrever a sua estrutura, para, a partir disso, delimitar as suas fronteiras, ou seja, definir o que faz parte dela.

Na coleta com o informante, surge a problemática sobre definir o limite da língua. Makoni, Severo e Abdelhay (2023) explicam que a concepção de língua como fenômenos interpenetráveis não é algo simples para leigos, logo, os informantes podem afirmar que falam diferentes línguas, mesmo havendo a compreensão mútua. Se o pesquisador tem por base que a compreensão é o que define os limites da língua, o que ele interpreta como sendo uma única língua, o informante pode considerar duas línguas distintas. A esse respeito, os referidos pesquisadores sugerem que “[...] a compreensão pode não ser o critério final para definir os limites da língua”<sup>2</sup>(Makoni; Severo; Abdelhay, 2023, p.487, tradução nossa).

Este assunto se torna mais complexo se considerarmos que o informante, que não é da área da linguagem, desconhece a noção e a distinção de *língua* e *dialeto*. A ser verdade, tal noção se perde na contagem das línguas, resultando no que se observa hoje, ou seja, divergências na listagem das línguas faladas na África. Como um exemplo disso, Guthrie (1967) aponta como dialetos do kimbundu o *angola*, *jinga*, *sama*, *bolo* (*haco*) e *songo*, ao passo que Redinha (1970) aponta o *jinga*, *bamba*, *ambaca* e *angola*, já Santana e Timbane (2021), amparados na pesquisa de Jouni Filip Maho, classificam o kimbundu como sendo um grupo de línguas incluindo o próprio *kimbundu*, o *sama*, o *bolo*, o *songo*, o *mbangala* e o *shinji* ou *yungo*, assim, aquilo que Guthrie e Redinha classificam como sendo dialetos do kimbundu, Santana e Timbane tratam como línguas distintas.

Diante dessas questões, optamos por não apresentar dados numéricos sobre as línguas faladas em Angola, limitando-nos, aqui, a comentar brevemente, na seção que segue, aquelas frequentemente relatadas na literatura.

## As famílias linguísticas

Na literatura acadêmica sobre as línguas de Angola, se relatam três distintas famílias linguísticas, a saber: a família Níger-kordofaniana, na qual origina a ramificação bantu, a família Khoisan e a família Vatwa (Miguel, 2019; Sassuco, 2021; Santana e Timbane, 2021). Vale destacar que o primeiro grupo possui, em números, o maior índice populacional.

Sobre o grupo etnolinguístico bantu de Angola, Sassuco (2021, p.22) explica que essas línguas fazem parte do subgrupo bantu *Níger-Congo*, com as seguintes zonas linguísticas no país: “H (para o kimbundu e kikongo), K (para o Cokwe, Ngangela, Mbunda, Luvalé) e R (para Umbundu, Nyaneka, Oshikwanyama, Oshihelelo)”, em termos de área geográfica, a zona H é predominante no Centro e Norte de Angola, a zona K no Leste e a zona R no Sul.

---

<sup>2</sup> No original: “[...] comprehension may not be the ultimate criterion to define the limits of language (Makoni; Severo; Abdelhay, 2023, p487).

O referido autor menciona o San como sendo a única língua khoisan falada em Angola, especificamente na parte sul do país, nas províncias de Benguela, Cuando, Cubango, Cunene e Huíla. Alguns dos dialetos do San falados em Angola são: kankala, vatwa e kwisi Sassuco (2021). No entanto, o pesquisador angolano Afonso Miguel se refere ao Vatwa como um outro grupo linguístico: “os Vatwa formam uma etnia de origem africana, que atualmente habita principalmente a região semi-desértica, na província do Namibe, entre o mar e a Serra da Chela e compreende dois subgrupos etnolinguísticos, os Kwisi e os Kwepe” (Miguel, 2019, p.129).

No que se refere aos dados estatísticos, o resultado do censo realizado em 2014 apresenta dados pertinentes sobre as línguas africanas de Angola. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (2016), as línguas autóctones mais faladas são: kinkongo, kimbundu, umbundu, fiote, Chokwe, kwanhama e nganguela. O resultado do referido censo aponta somente os idiomas predominantes, porém, não menciona as outras línguas existentes em Angola. Embora apenas as bantu estejam entre os mais faladas do país, esperava-se, também, registros estatísticos sobre a língua khoisan e vatwa, minorizadas e pouco estudadas.

A nosso ver, isso se caracteriza como um indicativo da invisibilidade dessas línguas, partindo do próprio Estado, que, em um documento tão importante sobre os dados estatísticos das, nas suas 212 páginas, não menciona nenhum outro idioma africano além dos do grupo bantu.

Dito isso, propõe-se, para que elas sejam difundidas e preservadas, além de estudos linguísticos, que o Estado repense a relevância de apresentar dados estatísticos como línguas e dialetos identificados, número de falantes, assim como as províncias onde são faladas.

## Caracterização de Angola

Situada na costa sudoeste do continente africano, Angola possui uma extensão territorial de 1.246.700 Km<sup>2</sup>, sendo dividido administrativamente, de acordo como a nova divisão política administrativa de 2024<sup>3</sup>, em 21 províncias, nomeadamente: Bengo, Bié, Benguela, Cabinda, Cunene, Kwanza-Sul, Kwanza Norte, Cuando, Cubango, Icolo e Bengo, Malanje, Moxico, Moxico Leste, Namibe, Lunda, Lunda-Norte, Lunda-Sul, Huíla, Huambo, Uíge e Zaire, tendo como capital a província de Luanda. Em termos de limitações geográficas, Angola faz fronteira a Sul com a Namíbia, a Norte com a República Democrática do Congo e a República do Congo, a Leste com a Zâmbia e a Oeste é banhado pelo Oceano Atlântico. Vale destacar que, por meio destas fronteiras, o português angolano está em contato com o inglês, o francês e com as demais línguas autóctones das zonas fronteiriças.

---

<sup>3</sup> Até 2024 Angola era constituída por 18 províncias, em 2025 entrou em vigor a nova divisão administrativa. Fonte: <https://embaixadadeangola.com.br/nova-divisao-politica-administrativa/>.

De acordo com o resultado do censo de 2014, estima-se que naquela época Angola possuía 25 789 024 habitantes, sendo que 63% residiam na área urbana, enquanto 37% residiam na área rural (INE, 2016). Os dados do referido censo também apontam a projeção da população em 2025 para 30 000 000 milhões de habitantes.

No que se refere aos dados históricos, dentre as ex-colônias de Portugal em África, Angola foi a última a alcançar independência, a saber, no dia 11 de novembro de 1975, proclamada pelo então primeiro presidente da república António Agostinho Neto, na ocasião, líder do movimento nacionalista MPLA (Movimento de Libertação Popular de Angola). Embora a independência de Angola tenha sido declarada pelo líder do MPLA, vale aqui ressaltar que três movimentos nacionalistas lutaram pela libertação: MPLA, UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) e FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola).

Tais movimentos tiveram um papel fundamental para o alcance da independência, já que, regidos pelo princípio pró-nacionalismo, atuavam em diferentes regiões de Angola, com o objetivo inicial de libertar o país do sistema colonial português. No entanto, após a independência, deram início à guerra civil que durou até o ano de 2002.

Apesar desse longo período de conflito pela liderança do país, o MPLA se manteve no poder e se destaca como o único partido na liderança de Angola desde a Independência, completando 50 anos no poder em 2025. Esse cenário de colonização e guerra civil na sequência demonstra a complexidade daquilo que se configura como o percurso histórico de Angola. A par disso, reconhecemos que a história do país não se resume em colonização, independência e guerra civil; pelo contrário, trata-se de uma história que se inicia antes da chegada dos portugueses. No entanto, destacamos tais elementos por serem os principais marcos históricos concomitantes à chegada, oficialização e promoção do português em Angola.

## A chegada e implementação do português em Angola

A chegada dos primeiros navegadores europeus data também a presença do português em Angola (Zau, 2011), logo, para entender o percurso do português nesse país precisa-se, necessariamente, retornar ao período das invasões europeias, a conhecida *era dos descobrimentos*.

O primeiro português a desembarcar naquele território foi Diogo Cão, na foz do rio Zaire, o então Reino do Congo, acompanhado da língua oficial de Portugal, que séculos depois se tornaria a língua oficial de Angola, o português. Quando Diogo Cão e sua tripulação desembarcaram no antigo Reino do Congo em 1482, o reino organizava-se sob o poder central do Manikongo<sup>4</sup> (Caregnato, 2010). Por

---

<sup>4</sup> Manikongo era o título dos governantes do Reino do Congo

essa razão, nos primeiros contatos entre os navegadores portugueses e os povos autóctones, os estrangeiros foram dirigidos ao Manikongo, com quem inicialmente tiveram uma relação pacífica:

Depois de uma convivência inicialmente pacífica, marcada por relações até certo ponto cordiais, pois nessa fase as relações eram do tipo horizontal, e, mais tarde, por vários conflitos e até guerras sangrentas, enquanto durou a implantação e consolidação do sistema colonial, venceu o português, colonizador, tornando-se proprietário e senhor de terras de reinos em tempos desavindos que juntou, à luz dos seus interesses, num território único, entre os séculos XV e XIX (Zau, 2011, p. 95).

Tal relação com começo aparentemente amigável passou por mudança de paradigma após Portugal demonstrar seu interesse em dominar o povo e fundar colônia no Reino do Congo. Com isso, registraram-se prolongados conflitos sangrentos entre os nativos e os portugueses. Todavia, apesar da resistência dos autóctones, Portugal obteve êxitos e estabeleceu colônia em Angola, o que originou o longo período de colonização que durou do séc. XV ao séc. XX.

Com a dominação de Angola por Portugal, deu-se primazia à língua e à cultura do colonizador. Dessa forma, iniciou-se um processo de escravização e aculturação dos povos originários, que foi desde o ensino do português e conversão à fé cristã ao ensino dos hábitos e costumes de Portugal. Ribeiro (1983) aponta essa transformação dos escravizados como um dos resultados da escravidão. Em Angola, especificamente, a imposição linguística foi uma das facetas marcantes da colonização portuguesa.

De acordo com Domingos Zau, após a vitória de Portugal na luta pela colonização de Angola, o português adquiriu oficialidade e passou a ser ensinado aos nativos:

O Português, língua do vencedor, acompanhou a hegemonia portuguesa, tendo sido introduzido como língua oficial do novo território e imposto aos vencidos. Simplificamos – é certo. Porém, foi nesses moldes que começou a conquista portuguesa de espaços anteriormente exclusivos às línguas autóctones pertencentes à maioria vencida. A necessidade de difundir a religião criou condições para que o português fosse igualmente considerado como língua da missão, ao ser usado nas missões para a instrução do indígena. Em suma, 1482 não só marca a data do início de relações comerciais entre dois povos, como também abre uma nova página quer para a língua portuguesa,

quer para as várias línguas africanas daquela região de África (Zau, 2011, p.95).

Entende-se, com isso, que o ensino acentuado do português em Angola se registra ainda na era colonial, sendo utilizado inicialmente nas missões católicas de catequização dos angolanos com o intuito de difundir a religião do colonizador e massificar o ensino da língua. Assim sendo, os angolanos convertidos ao catolicismo passaram a conhecer uma nova divindade, uma nova língua, novos costumes, além de receberem novos nomes.

Segundo Caregnato (2010), no Congo, o Manikongo foi convertido à fé católica e passou a chamar-se D. João I, antes mesmo da dominação portuguesa, isto é, na época em que os portugueses alegadamente tinham interesse apenas em desenvolver relações amistosas com os líderes africanos. Disfarçados de navegadores curiosos, aventureiros e meros comerciantes, os europeus já revelam, com isso, a repulsa à cultura, à língua, aos costumes, aos nomes e qualquer outro elemento ligado à africanidade - exceto as riquezas como diamantes – reforçando, desse modo, o caráter racista, desumano e explorador da colonização europeia.

Com base nisso, é possível perceber que o processo de colonização e aculturação de Angola teve seu início de forma sutil, disfarçado de meras relações comerciais. No entanto, com a dominação definitiva de Portugal, o português foi implementado como língua oficial de Angola, bem como passou-se a difundir com maior afinco a cultura portuguesa nas missões católicas por meio da conversão ao catolicismo.

Neste sentido, a religião, nomeadamente a Igreja Católica Romana, teve um papel crucial no estabelecimento da colônia portuguesa em Angola, dado que, à medida que se despertava nos nativos o interesse na fé Cristã, massificava-se o ensino da cultura e da língua de Portugal. Paralelamente, rejeitavam-se as línguas e a cultura africana, pois, um novo convertido precisava rejeitar o nome africano, adotar um nome português após o batismo e falar a língua de Portugal (como foi o caso do Manikongo do Congo).

O que aparentemente se caracterizava como um ato de conversão e fé ao catolicismo, na verdade, representava a intenção de apagamento de qualquer vestígio de africanidade nos africanos, ou seja, de forma sutil e indireta o racismo e o preconceito se manifestam nas ações dos colonizadores. Vale aqui destacar que, enquanto nas missões se catequizavam os nativos ensinando o português, em paralelo, os colonizadores recusavam-se severamente a estudar as línguas originárias de Angola. Segundo Samuels (2011), eles referiam-se à língua kimbundu como sendo uma língua dos animais e, por isso, estudá-las seria uma aberração.

A nosso ver, a percepção do colonizador de que as línguas africanas não são verdadeiramente línguas revela, evidentemente, o olhar racista em relação aos povos africanos e suas línguas. Podemos aqui dizer que essa maneira como as línguas são vistas pelos colonizadores expressa a desvalorização delas e de seus falantes.

Nesse mesmo contexto de racismo e preconceito, os “missionários” católicos encarregados de catequizar os nativos elaboraram um mapeamento destinado a descrever parte das línguas de Angola, por meio da produção de dicionários e listas de palavras. O objetivo desse trabalho residia em conhecer as línguas e os territórios para, a partir dos dados de estratificação obtidos com tais mapeamentos, exercer maior controle sobre os povos (Oliveira, 2018). Assim, o resultado desse empreendimento foi a criação de um instrumento denominado pela autora como *panóptico*, uma vez que visava aprimorar o controle colonial sobre os angolanos por meio do conhecimento e da descrição de suas línguas e de seus povos.

Assim, é nesse cenário de racismo linguístico e desvalorização das línguas autóctones que se implementa o ensino do português em Angola no período colonial, com o intuito de massificar o seu ensino e consolidar a desvalorização das línguas autóctones. Nesse sentido, Portugal foi criando políticas que beneficiavam os nativos que aprendiam o português e a cultura portuguesa. Uma dessas políticas foi o *estatuto do assimilado*, segundo Nascimento (2016), a condição de assimilado concedia aos angolanos a posição de civilizado:

Os assimilados foram angolanos que durante o governo salazarista português em Angola (1926-1974) utilizaram-se do Estatuto do Indigenato (1926-1961) e seus documentos complementares, para conseguirem um status legal de civilizado, que os afastava do trabalho compulsório, além de permitir que trabalhassem nos órgãos da administração metropolitana, terem autonomia para deslocar-se dentro da colônia, solicitar carteira de motorista, direito a voto etc., possibilitando assim alguma ascensão econômica e social (Nascimento, 2016, p. 265).

Esta era uma política colonial que motivava os nativos a imergirem na língua e cultura portuguesa. Trata-se de uma política que forçava o nativo africano a adotar a cultura europeia, pois aquele que se recusava a acatar as ordens de Portugal não teria os direitos de cidadão. Assim, a ascensão econômica e social servia de gatilho para impulsionar tal política, já que as atividades que anteriormente eram exercidas somente pelos europeus passariam a ser exercidas também pelos nativos.

Com isso, Portugal teve êxito na dominação do território angolano, uma vez que a condição de assimilado era algo que intensificava a aculturação dos africanos e colocava os portugueses em posição de vantagem em relação à exploração colonial. Isso ocorria porque, em virtude de tal política, aprender o português, ser escolarizado, comer como os portugueses -incluindo o uso de talheres - e aprender os seus costumes, passou a ser o objetivo de quem quisesse ascender socialmente.

Um fato que chama atenção relativamente a essa política é que nem sempre os nativos africanos puderam gozar da condição de assimilados. Segundo Noré e

Adão (2003), a condição de “cidadão”, ou seja, assimilado, era dada inicialmente somente aos europeus, aos brancos e aos seus descendentes. Embora somente esses indivíduos pudessem obter o estatuto de cidadão, havia outras condições impostas para tal. Para ser considerado assimilado, de acordo com o Regulamento do recenseamento e cobrança do imposto indígena de 1938, apresentado em Noré e Adão (2003, p. 104), os indivíduos de origem ou com ascendência europeia precisavam cumprir as seguintes condições:

- 1.º Ter abandonado inteiramente os usos e costumes da raça negra;
- 3.º A qualidade de assimilado prova-se por uma certidão de identidade M/A, passada pelos Administradores de Concelho ou Circunscrições.
- 4.º Exercer profissão, arte ou ofício compatível com a civilização europeia, ou ter rendimentos, que sejam suficientes para prover aos seus alimentos, compreendendo sustento, habitação e vestuário, para si e sua família.

Novamente, nota-se aqui uma política de apagamento das línguas e dos usos e costumes africanos. Esse primeiro regulamento, para o assimilado, visava impedir a aculturação dos europeus degredados e seus descendentes que se encontravam em Angola; por essa razão, eram proibidos de falar as línguas, tampouco adotar o estilo de vida semelhante ao dos nativos.

De acordo com esses autores, somente dezesseis anos após a criação de tal política, foi que o estatuto do assimilado se estendeu aos negros africanos, com o objetivo de então expandir o português entre os colonizados e forçar a adoção da cultura portuguesa. Assim sendo, a respeito da reformulação do regulamento, lê-se o seguinte:

Art.56º Pode perder a condição de indígena e adquirir a cidadania o indivíduo que prove satisfazer cumulativamente aos requisitos seguintes:

- a) Ter mais de 18 anos;
- b) Falar corretamente a língua portuguesa;
- c) Exercer profissão, arte ou ofício de que aufera rendimento necessário para o sustento próprio e das pessoas da família a seu cargo, ou possuir bens suficientes para o mesmo fim;
- d) Ter bom comportamento e ter adquirido a ilustração e os hábitos pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses;

e) Não ter sido notado como refractário (sic) ou serviço militar nem dado como desertor (Noré; Adão, 2003, p. 104).

Como vemos, se por um lado a condição de assimilado ao europeu pretendia impedir que estes adotassem a cultura africana, por outro lado, a condição de assimilado ao africano intensificava a adoção da cultura europeia, abandonando a língua materna, usos e costumes a fim de ser aceito como indivíduo civilizado. Percebe-se, com isso, que a promoção do português em Angola desde o período colonial se dava a partir de uma imposição do monolingüismo. De acordo com Oliveira (2018, p. 237), no período da pré-independência nacional, a língua portuguesa era empregada como “instrumento de controle colonial português e de refutação de uma sociedade multilíngue, na tentativa de se homogeneizar o território angolano”. Quer-se dizer, com isso, que o apagamento das línguas autóctones se dava por intermédio da imposição do português, logo, todo esse processo de supressão das línguas se deu de forma consciente e intencional.

Diante disso, percebe-se que, sob imposição colonial e aculturação forçada, o português ganha oficialidade em Angola e se torna a principal língua de ensino, além de ser a língua de prestígio e ascensão social para todo angolano que, na época colonial, tencionava ser parte da sociedade portuguesa em África. Portanto, é incontestável o fato de que a ascensão do português em Angola não se deu de maneira amistosa ou humanamente adequada, pois houve todo um processo de opressão linguística e cultural favorecendo tal fenômeno.

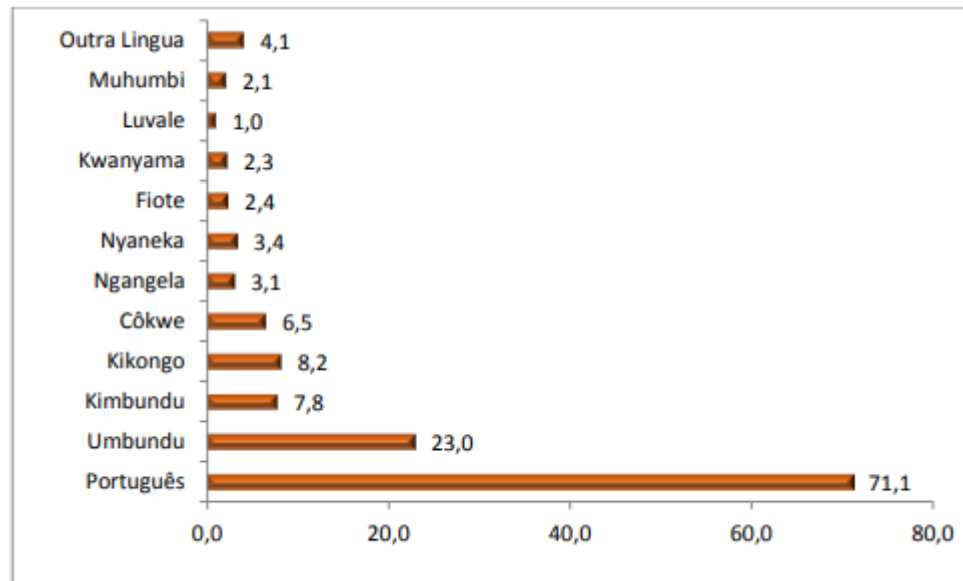
Apresentado o contexto da chegada do português em Angola e das políticas adotadas para sua expansão no período colonial, na seção que segue, abordaremos o cenário do português em Angola na atualidade.

## A conjuntura da língua portuguesa em Angola na atualidade

Com o *status* de língua oficial, atualmente, o português destaca-se como a língua mais falada em Angola. Não muito diferente do período colonial, a sua predominância mantém-se nas zonas urbanas, onde é falado por 85% da população, ao passo que nas zonas rurais possui somente 49% de falantes (INE, 2016).

As funções atribuídas a essa língua na pós-independência - língua oficial, de ensino e predominante nos setores administrativos - não diferem daquelas do período colonial; pelo contrário, em Angola, observa-se, de certo modo, uma continuidade das ações coloniais em relação às línguas. Um indício disso é o percentual geral de falantes do português, enquanto nenhuma língua autóctone atingiu o percentual de 24% de falantes em 2014, a língua de herança colonial já tinha um

percentual de mais de 71% de falantes, conforme mostra o gráfico do censo de 2014, apresentado a seguir:



**Gráfico 01.** As línguas mais faladas em Angola, (INE, 2016, p.51)

Como já referido, pode-se observar, no gráfico 01, que o português é a língua mais falada em Angola com 71,1% dos falantes; enquanto isso, desproporcionalmente, nenhuma das línguas autóctones mais faladas, isto é, Umbundu, Kikongo e Kimbundu, atingiu um percentual de falante superior a 23%. Visivelmente, o número de falantes do português aumentou consideravelmente desde a independência. Na seção sobre políticas linguísticas, veremos que o índice de crescimento da língua portuguesa em Angola se deve, principalmente, ao fato de serem implementadas políticas linguísticas relevantes desde a Proclamação da Independência.

A nosso ver, a ascensão do português em Angola se deve, sobretudo, à intervenção do Estado que, por meio das políticas linguísticas, impulsiona o ensino e utilização do português nos espaços públicos. Segundo Jean Calvet, o Estado, enquanto um agente que cria as leis, pode intervir no comportamento linguístico de uma dada comunidade:

O que é certo é que os Estados intervêm frequentemente no domínio linguístico, [...] eles intervêm de fato nos comportamentos linguísticos, no uso das línguas. Isso ocorre porque as políticas linguísticas são realmente repressoras e precisam, por essa razão, da lei para se impor (Calvet, 2007, p.75).

Assim sendo, a intervenção do Estado sobre o comportamento linguístico pode ser favorável para certas línguas e repressora para outras. No caso de Angola, parti-

cularmente, enquanto se registravam políticas linguísticas consistentes para o português, paralelamente, para as línguas autóctones, não havia políticas linguísticas favoráveis à sua preservação.

Nenhuma língua africana, de forma efetiva, faz parte do sistema de ensino angolano, embora se registrem tentativas de um ensino bilíngue em determinadas regiões do país, onde o português não é a primeira língua, como foi o caso das escolas públicas do ensino primário - que corresponde ao ensino fundamental no Brasil - localizadas nas cidades de Nguvu e Kizanga, província de Malanje. Bernardo (2018), em uma análise detalhada de tal contexto, conclui que, embora a ideia inicial do Estado tenha sido a implementação do ensino bilíngue kimbundu e português, na prática não se configura como tal, pois o ensino não se dá nas duas línguas, mas somente na língua portuguesa, já que o kimbundu foi implementado como uma disciplina da grade curricular.

A conjuntura atual, com registros de um aumento no número de falantes do português e a extinção das línguas autóctones, leva-nos a questionar as consequências das políticas linguísticas do Estado angolano, visto que elas não têm sido favoráveis à conservação do plurilinguismo. Enquanto o português cresce e passa a ter falantes nativos em Angola, isto é, falantes angolanos que têm o português como língua materna, paralelamente, o número de falantes das línguas nacionais decresce, principalmente nas zonas urbanas.

Não queremos, com essa discussão, iniciar um debate sobre o mérito da escolha do português como língua oficial, pois reconhecemos a complexidade do assunto. No entanto, interessa-nos, aqui, ressaltar a relevância que tal política linguística teve para a expansão do português e, naturalmente, para a supressão das línguas nativas.

Dito isto, acreditamos que, em 1975, na escolha da língua oficial de Angola, não foram consideradas questões linguísticas propriamente, conforme aponta Oliveira (2016):

Contudo, a alternativa de se escolher uma língua angolana para representar a nação teve logo que ser descartada por razões políticas. Por um lado, seria necessário existir alguma língua em sua forma escrita padronizada para fazer as documentações burocráticas necessárias para formalizar um país independente, caso que não procedia. Nem se poderia começar imediatamente a ensinar tal língua nas escolas sem a sua standardização. Por outro lado, caso a normatização de uma dada língua angolana se realizasse postumamente, ainda assim a decisão de escolher uma entre as várias línguas angolanas terminaria por fomentar o tribalismo, o qual já se apresentava como um problema anterior à independência. Alguns teóricos levantaram a questão de que a escolha da língua do colonizador, após a independência

colonial, consistiria num ato neocolonial. No entanto, a problemática dessa questão não é tão simples. Todas essas escolhas e decisões não são atos de cunho linguístico, mas, sim, político (Oliveira, 2016, p.233).

De fato, a seleção de uma língua oficial envolve questões além das linguísticas. Em Angola, a escolha da língua oficial teve motivação eminentemente política; pois sendo um país recém-independente, as relações diplomáticas internacionais se dariam por meio de uma língua de comunicação internacional.

Além da escolha da língua oficial dar-se por razões políticas, estudiosos angolanos apontam também que o fato de as línguas autóctones não gozarem de uma grafia oficial, ou de um “equipamento linguístico”, na época, motivou, de certo modo, a não escolha das línguas autóctones para o papel de língua oficial. Um movimento semelhante foi registrado nas demais ex-colônias de Portugal na África, embora as línguas autóctones estivessem entre as mais faladas nesses países, por questões políticas, o status de oficialidade foi atribuído ao português.

Essa discussão torna-se mais complexa quando se olha a função que essas línguas desempenham, elas funcionam como línguas étnicas, ou seja, além de não disporem de uma grafia oficial, nenhuma delas desempenha a função de língua nacional, do ponto de vista da linguística, isto é, não há uma língua autóctone comum dos angolanos, pois são línguas étnicas, funcionam como línguas de grupos<sup>5</sup>.

Resumidamente, a atribuição de qualquer função a uma língua depende muito do “perfil” dela; isto significa que, apesar de que do ponto de vista da linguística todas as línguas sejam de igual importância, nem sempre elas poderão desempenhar, de igual modo, as mesmas funções. Vejamos a explicação de Calvet sobre as limitações das línguas no que diz respeito ao desempenho de determinadas funções:

[..] na realidade, todas as línguas não podem cumprir, igualmente, as mesmas funções. Por exemplo, é claro que uma língua ágrafa não pode ser veículo de uma campanha de alfabetização, que se terá dificuldades em ensinar informática numa língua que não dispunha de um vocabulário computacional, ou ensinar gramática numa língua que não dispunha de uma taxonomia gramatical, que uma língua falada por uma ínfima minoria da população de um país dificilmente poderá ser escolhida como língua de unificação desse país etc. Se, entretanto,

---

<sup>5</sup> Isto significa que, o kimbundu, por exemplo, enquanto língua étnica, é a língua do grupo étnico Ambundu. Logo, é falado nas regiões onde tal grupo étnico habita, que são as províncias de Luanda, Malanje, Kuanza Norte e uma parte do Kwanza Sul; o mesmo acontece com as demais línguas autóctones. Na verdade, a língua que do ponto de vista da linguística é língua nacional como tal, é o português, atualmente, essa é a única língua em Angola a desempenhar a função de língua de comunicação nas 18 províncias de Angola.

por razões políticas, se desejar utilizar essas línguas nessas funções, será necessário reduzir seus déficits, *equipá-las* para que possam desempenhar seu papel (Calvet, 2007, p.62).

As palavras de Jean Calvet demonstram a complexidade desse processo de atribuir funções às línguas. Não se pretende aqui desenvolver teorias utópicas acerca de tal processo que não é simples, pois entende-se que a seleção da língua oficial de Angola se deu em um contexto laborioso em que o português se apresentava como a opção mais assertiva. Todavia, apesar de toda essa complexidade contextual, passados 50 anos de independência, importa-nos questionar a ausência de atualizações no estatuto de oficialidade de línguas, igualmente, parece-nos relevante problematizar o rumo das línguas autóctones ante as políticas linguísticas adotadas pelo Estado angolano.

Se em 1975, do ponto de vista linguístico e político, as línguas autóctones não eram equipadas o suficiente para desempenhar a função de língua de ensino ou língua oficial, após cinco décadas, levantamos questionamentos a respeito das ações do Estado angolano para defesa dessas línguas. Se por um lado é satisfatório observar a ascensão do português, no sentido de que vai adquirindo cada vez mais características de uma língua nacional, ou seja, língua falada nas 21 províncias de Angola, por outro lado, surge a preocupação em relação às demais línguas que enfrentam uma conjuntura pouco favorável para a sua revitalização.

Dito isto, na seção que segue, discutiremos, sucintamente, as políticas linguísticas em Angola e a sua influência no cenário sociolinguístico atual.

## Principais políticas linguísticas

Semelhantemente às demais ex-colônias portuguesas, Angola adotou o português como a língua oficial, sendo essa, como já referido, uma das principais políticas linguísticas implementadas no período da pós-independência. Em meio século de liberdade, além de tornar-se língua majoritária, atualmente, o português figura como língua franca, além de primeira língua de grande parte dos jovens que nascem em Luanda.

Salienta-se, ainda, que o português também se tornou, por lei, a principal língua de ensino em Angola, contabilizando mais uma política linguística relevante para a sua difusão. O documento oficial que rege o sistema de ensino em Angola, isto é, a Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino de 31 de dezembro 2001, prevê, no seu artigo 9º, que:

1. O ensino nas escolas é ministrado em língua portuguesa.
2. O Estado promove e assegura as condições humanas, científico-técnicas, materiais e financeiras para a expansão e a generalização da utilização e do ensino de línguas nacionais.

3. Sem prejuízo do nº 1 do presente artigo, particularmente no subsistema deeducação de adultos, o ensino pode ser ministrado nas línguas nacionais (Angola, 2001).

Como vimos, legalmente, é permitido e incentivado o ensino das línguas autóctones, contudo não são criadas condições para que isso ocorra. Ou seja, por questões operacionais, como o fraco engajamento das entidades competentes na formação de professores para o ensino das línguas autóctones, a falta de materiais didáticos e a ausência de políticas linguísticas consistentes, verifica-se a fraca inclusão dessas línguas no sistema de ensino.

A lei supracitada foi revogada em 2016 pelo decreto de lei n.º 17/16, todavia, manteve-se as prerrogativas atribuídas anteriormente ao português no que se refere ao ensino de línguas. A única mudança observada nada mais é que o acréscimo de um quarto parágrafo ao artigo 16º, que fala sobre as línguas estrangeiras, conforme se lê:

Art.9º (Línguas de Ensino)

1. O Ensino deve ser ministrado em português.
2. O Estado promove e assegura as condições humanas, científico-técnicas, materiais e financeiras para a expansão e generalização da utilização no ensino, das demais línguas de Angola, bem como da linguagem gestual para os indivíduos com deficiência auditiva.
3. Sem prejuízo do previsto no n.º1 do presente artigo, e como complemento e instrumento de aprendizagem, podem ser utilizadas línguas de Angola nos diferentes subsistemas de ensino, nos termos a regulamentar em diploma próprio.
4. *O Estado promove políticas públicas para a inserção e a massificação do ensino das principais línguas de comunicação internacional, em todos os subsistemas de ensino, com prioridade para o ensino do inglês e do francês* (Angola, 2016, grifos nossos).

O parágrafo do artigo 9º do decreto de lei n.º 17/16 faz parte de uma nova política linguística que assegura legalmente a difusão e a inserção das principais línguas de comunicação internacional no sistema de ensino em Angola. Assim, com esse decreto, o inglês e o francês passam a ser ensinados em todos os subsistemas de ensino, ao passo que o português se mantém como a principal língua de ensino em um país plurilíngue.

Em síntese, observando as funções atribuídas ao português por meio de políticas linguísticas oficiais, é perceptível que a sua promoção em Angola é massiva, tendo em conta que, em um contexto de multilinguismo, é a única língua oficial,

portanto, a única língua utilizada administrativamente, além disso, também é a principal língua usada no sistema de ensino, tanto de angolanos falantes do português, como de angolanos falantes somente das línguas autóctones que, sem outra opção, forçadamente, aprendem o português em português (Gomes, 2014).

As políticas linguísticas mais relevantes, até ao presente, têm contribuído para a ascensão do português e a exclusão das línguas nativas, pois ignoram a diversidade linguística, forçando o país a um monolinguismo. Se observarmos somente as políticas oficiais documentadas, teremos a vaga ilusão de que o Estado se preocupa com a manutenção do multilinguismo em Angola, já que a Constituição prevê, no seu artigo 9º, segundo parágrafo que “2. O Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola, bem como das principais línguas de comunicação internacional” (Angola, 2010), assim como na própria Lei de Bases do Sistema de Ensino consta que o Estado promove e assegura estas línguas.

Todavia, os estudos de Bernardo (2018) e Gomes (2014) demonstram que a realidade é contrária ao que consta em documentos oficiais. Se o Estado, na prática, valorizasse e promovesse as línguas autóctones, não teríamos em Angola políticas linguísticas que forcem uma homogeneidade e favorecem a invisibilidade das línguas autóctones, (Reis, 2011).

Ao mesmo tempo em que se observam políticas consolidadas para o português, as línguas autóctones não são asseguradas por políticas de cunho semelhante, pelo contrário, são invisibilizadas nos espaços formais como escola, hospitais, repartições públicas e outros espaços dirigidos por agentes estatais. Tais línguas que, junto com o português, coabitam em contexto de multilinguismo não são de fato asseguradas por políticas linguísticas consistentes. Ainda, segundo Bernardo e Severo (2018), o plano curricular adotado em Angola não contribui para a valorização das línguas africanas:

Um outro exemplo de desvalorização das línguas nacionais presente na Constituição nacional é a sua política em relação às “línguas estrangeiras”: o inciso 4 do artigo 16 prevê a priorização do ensino das línguas estrangeiras, como o inglês e o francês, atribuindo-se um lugar de destaque a essas línguas[...]. Verificamos a maneira como a proposta legal para a educação em Angola é sustentada por interesses e orientações não angolanas. Exemplificando, o “plano curricular” usado em Angola apresenta uma orientação portuguesa que pouco contribui para a valorização das línguas nacionais e suas culturas (Bernardo; Severo, 2018, p.217).

Estes autores entendem que, relativamente a políticas linguísticas, as principais línguas de comunicação internacional ocupam lugar de destaque comparadas às

línguas de Angola. Um exemplo disso é que o Estado promove e prevê legalmente a inserção do francês e inglês em todo sistema de ensino, portanto, essas línguas são ensinadas tanto em escolas públicas como privadas, enquanto as línguas africanas não são inseridas no sistema geral de ensino como componente regular.

Os pesquisadores acreditam que, por meio de políticas oficiais, com destaque às educacionais, como já referenciado, tem sido forçada uma ideologia do monolinguismo em Angola:

Compreendemos que a ideologia do monolinguismo em língua portuguesa tem sido amplamente reforçada por políticas estatais, a exemplo das políticas educacionais. Mesmo projetos de ensino bilíngue, que visam incluir os sujeitos falantes de línguas nacionais nas escolas, têm surtido pouco efeito em Angola (Bernardo; Severo, 2018, p. 230-231).

Embora se verifique a implementação de políticas voltadas à promoção do bilinguismo, Bernardo e Severo (2018) acreditam que elas têm apresentado efeito pouco eficaz no que se refere ao índice de aprovação e evasão escolar nas zonas rurais, visto que a tentativa de implementação de um ensino bilíngue foi, na verdade, a inserção da língua autóctone como disciplina da grade curricular e não como língua de ensino.

Nesse sentido, não causa espanto que tal projeto tenha surtido pouco efeito em relação à evasão escolar nas regiões com predominância das línguas autóctones, já que, embora as línguas nativas tenham sido inseridas no sistema de ensino, as aulas ainda eram ministradas em português, de modo que os alunos ainda seriam forçados a aprender qualquer matéria na língua que não dominavam.

Dito isso, em termos de políticas linguísticas em Angola, observa-se uma supervalorização do português, ao passo que as línguas autóctones não gozam de políticas eficazes para sua promoção, logo, o número de falantes do português cresce de maneira acelerada. Naturalmente, essa língua vai adquirindo características próprias influenciadas pelo contato com as demais línguas angolanas.

## Algumas particularidades do português angolano (PA)

Marcado por intenso contato linguístico com as línguas africanas, principalmente as do grupo bantu, o português angolano, enquanto língua viva, apresenta características próprias no nível lexical, fonético, fonológico e sintático, que o distingue das demais variedades. Assim, exibindo estruturas que, pela gramática norma-

tiva do português, não seriam possíveis na língua. Nesse sentido, apresentaremos, nesta seção, alguns fenômenos do PA em diferentes categorias de análise linguística.

No nível lexical, registram-se palavras próprias no PA, marcadas por neologismos de empréstimos, além de neologismos resultantes de criações inéditas em conformidade com a estrutura do português (José, 2022). Por essa razão, o léxico do PA é um elemento de destaque no que se refere às particularidades dessa variedade do português. No quadro 01, apresentamos alguns dos vocábulos próprios do PA:

**Quadro 01.** Léxico próprio do português angolano.

	<b>PA</b>	<b>PB</b>	<b>Origem</b>
<i>Palavra</i>	Avilo	Amigo	Origem não identificada
	Camba/kamba	Amigo	Kimbundu
	Cambuta	Pessoa de baixa estatura	Kimbundu
	Kota	Alguém mais velho	Kimbundu

**Fonte:** (Mingas, 2000; José, 2022)

Sobre os termos do kimbundu dos quais derivam tais palavras, de acordo com Mingas (2000), *camba* deriva de *dikamba*, *cambuta* de *kambuta* e *kota* de *dikota*. Esses itens lexicais não são meras palavras triviais que se juntam ao vocabulário da língua; essa renovação revela a evolução lexical do português em Angola, que se constrói em seu próprio ritmo, trilhando caminhos únicos que refletem o contexto sociolinguístico desse país.

Na fonética e fonologia do PA, é possível identificar a presença de consoantes pré-nasalizadas em *onset* inicial não apenas em empréstimos linguísticos provenientes do kimbundu, mas também em itens lexicais dessa variedade que não têm origem bantu:

- (1) PA                    *Mboa* par mínimo *boa*  
                               *Ngala* par mínimo *gala*  
                               *Ndengue* par mínimo *dengue*

Esses exemplos atestam a presença de pares mínimos, o que pode indicar que as consoantes pré-nasalizadas /*mb/*, /*ng/* e /*nd/* integram o sistema consonantal do PA, embora não ocorram em PB (português brasileiro) e PE (português europeu). Consideramos que esse fenômeno decorre do contato linguístico entre o português e as línguas autóctones de Angola, as quais apresentam, em seu inventário fonológico, sílabas do tipo <sup>N</sup>CV. Em outras palavras, trata-se de um empréstimo fonético-fonológico das consoantes e da própria estrutura silábica do kimbundu caracterizando-se, desse modo, como um empréstimo no nível estrutural da língua, uma vez que a sílaba do tipo <sup>N</sup>CV não integra o sistema silábico do português.

No nível morfossintático, observa-se a ausência da marcação morfológica de concordância de número no substantivo quando o seu determinante já apresenta o traço morfológico de plural (Mingas, 2000). Assim, o plural em sentenças do PA pode ocorrer sem o morfema *-s*, traço morfológico de plural do português, manifestando-se apenas no determinante do sintagma nominal e não em seu núcleo, conforme ilustram os seguintes dados:

(2) <i>Gramática normativa</i>	Doem-me os pés
	Vigia as crianças
<i>PA</i>	Os péØ me dói
	Vigia as criançaØ (Mingas, 2000, p.67)

António (2018) defende, em sua dissertação de mestrado, que esse fenômeno ocorre por influência do kimbundu, língua que marca a flexão de número por meio da prefixação. Na palavra *kinama*, que significa “perna”, o prefixo *ki-* é o traço morfológico de singular. Flexionada para o plural, tem-se a forma *inama*, em que o prefixo *i-* é o elemento que indica o plural. No entanto, importa destacar que esse é um tópico que ainda carece de estudos mais aprofundados para que se compreenda plenamente como se dá a assimilação desse traço no PA<sup>6</sup>.

O último dado linguístico do PA a ser apresentado é o caso da omissão do artigo ou determinante no sintagma nominal. Isto é, onde teríamos a estrutura *det. + nome*, em PB ou em PE, em PA pode ocorrer somente o nome, desacompanhado do determinante. Segundo Armindo (2020), tal fenômeno ocorre tanto em contextos formais quanto em contextos informais, ou seja, no português padrão e no português não padrão. A seguir, apresentamos alguns dados que comparam o português angolano com o português europeu:

(3) <i>PE</i>	Convocam-se todos os trabalhadores.
	O meu pai é camponês...
<i>PA</i>	Convocam-se todos Ø trabalhadores.
	Ø Meu pai é camponês (Armindo, 2020, p.120).

Como confirmam os exemplos, a posição do determinante no sintagma nominal apresenta traço nulo nas sentenças em PA. Para ilustrar o fenômeno também na variedade padrão, Armindo (2020) recorre à literatura angolana, mais especificamente à obra de Manuel Rui *Quem dera ser onda*, escrita em português padrão, da qual extrai o trecho “Quando é que Ø porcos deixam de andar na cidade?”, confirmando a presença de um sintagma nominal sem o determinante [<sub>SN</sub> Ø porcos].

<sup>6</sup> Outro aspecto que merece ser pontuado é que, no PB não padrão, também pode ocorrer a ausência de concordância morfológica de número (Kato; Martins; Nunes, 2023).

Esses dados aqui apresentados, referentes à fonética e fonologia, ao léxico e à morfossintaxe, corroboram a ideia inicial de que o PA não é uma cópia do PE falada no continente africano, como ainda se acredita. Trata-se, na verdade, de uma variedade do português com peculiaridades próprias, influenciadas pelo contato entre línguas. Fenômenos linguísticos como a omissão do determinante, a ausência morfológica da concordância de número e a presença de consoantes pré-nasalizadas respaldam a nossa tese.

## Considerações finais

Neste artigo, dissertou-se sobre o complexo panorama linguístico angolano. Observou-se que, embora o país apresente uma vasta diversidade linguística, o português configura-se como a língua franca, majoritária e principal língua de ensino — ou seja, uma língua em constante ascensão.

Diante desse cenário, abordou-se também a situação das línguas autóctones, que seguem um movimento contrário ao do português. Em nossa análise, sugerimos que a principal causa da redução de falantes dessas línguas, sobretudo nas zonas urbanas, é a ausência de políticas linguísticas consistentes voltadas à sua promoção e valorização.

A nosso ver, entre os fatores que contribuem para esse quadro, destacam-se: a imposição do ensino exclusivamente em português, inclusive para crianças não falantes da língua em fase de alfabetização; a não efetiva inserção das línguas autóctones no sistema geral de ensino; o fraco investimento na promoção do multilinguismo; e as ideologias linguísticas sobre essas línguas, como enxergá-las com línguas dos menos desenvolvidos socialmente.

Considerando tais aspectos, acreditamos que se faz necessário pensar em políticas de revitalização para as línguas autóctones, de modo que, mesmo diante da ascensão do português, as demais línguas de Angola, bantu e khoisan, sejam igualmente valorizadas e revitalizadas.

Ressaltamos que este trabalho não constitui uma crítica à ascensão do português em Angola; ao contrário, reconhecemos sua importância. Interessa-nos, sobretudo, refletir sobre as marcas deixadas pelo contato linguístico entre o português e as línguas autóctones, já que o português angolano é resultado direto dessa coexistência. Todavia, consideramos fundamental que as línguas autóctones sejam alvos de estudos e políticas linguísticas favoráveis à sua preservação e expansão sejam objeto de estudos e de políticas linguísticas eficazes que garantam sua revitalização.

Considerando que não há nenhuma língua autóctone falada em todo o território nacional, fator que inviabiliza a escolha de uma única língua para receber o status de língua oficial juntamente com o português, entendemos que uma política de cooficialização de línguas em nível provincial, à semelhança do que ocorreu no Brasil em nível municipal, poderia contribuir de forma significativa para a difusão

e valorização dessas línguas. Embora em algumas províncias coexistam mais de uma língua africana, sabe-se que é possível identificar com clareza quais são predominantes em cada região. Assim, tais línguas, em seus respectivos contextos regionais, poderiam assumir o estatuto de língua oficial ao lado do português.

## Referências:

ANGOLA. Constituição da República. Luanda: LDA, 2010.

\_\_\_\_\_. Decreto de Lei nº 17/16 de 7 de outubro. Diário da República: I série – N.º 170. Luanda: Imprensa, 2016.

\_\_\_\_\_. Lei de Bases do Sistema de Educação. Assembleia Nacional: Luanda. 2001.

ANTÓNIO, J. L. F. Interferência da língua kimbundu no português falado em Kwanza Norte: Alguns Casos no Município Sede Cazengo-Ndalatando. Dissertação (mestrado) – Universidade da Beira Interior. Faculdade de Letras. Covilhã, 2018.

ARMINDO, Victoriano. **O contributo do kimbundu no português em Angola (aspectos lexicais)**. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Évora, Évora, 2020.

BERNARDO, E. P. J.; SEVERO, C. G. Políticas Linguísticas em Angola: Sobre as Políticas Educativas In(ex)clusivas. Revista da Abralin, v. 17, n. 2, p. 210- 233, 2018.

BERNARDO, E. P. J. Política linguística para o ensino bilíngue em Angola. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Florianópolis, 2018.

CALVET, Louis-Jean. As políticas linguísticas. São Paulo: Parábola, 2007.

CAREGNATO, L. Verso e Reverso: práticas sociais, econômicas e políticas no Kongo e no Ndongo e o domínio colonial português - séc 15 a 17. Dissertação (mestrado) - Universidade de Passo Fundo, Programa de Pós-Graduação em História, Passo Fundo- RS, 2011.

GOMES, S. F. Relação entre Língua Oficial e Línguas Locais na Escola: Como as

Crianças de Cabinda Aprendem o Português e em Português. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2014.

GUTHRIE, M. The classification of the Bantu languages. London: Dawson of Pall Mall, 1948.

\_\_\_\_\_. Comparative Bantu. G. B.: Gregg Press Ltd., 1967.

INE. Angola. Resultados definitivos: Recenseamento Geral da População e Habitação 2014. Luanda: 2016. Disponível em: [https://www.ine.gov.ao/Arquivos/arquivosCarregados/Carregados/Publicacao\\_637981512172633350.pdf](https://www.ine.gov.ao/Arquivos/arquivosCarregados/Carregados/Publicacao_637981512172633350.pdf) Último acesso em: mai/2025

JOSÉ, N. C. S. M. Neologismos do português falado em Angola: uma análise linguística das novas unidades lexicais e da sua difusão entre os falantes angolanos. Mestrado (Dissertação) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Letras. Curitiba: 2022.

- KATO, M. A.; MARTINS, A. M.; NUNES, J. Português Brasileiro e Português Europeu – sintaxe comparada. São Paulo: Contexto, 2023.
- MAKONI S.; SEVERO, C. ABDELHAY, A. Postcolonial Language Policy and Planning and the Limits of the Notion of the Modern State. *Annu. Rev. Linguist.* 2023. 9:483–96
- MIGUEL, A. Integração morfológica e fonológica de empréstimos lexicais bantos no português oral de Luanda. Tese (Doutorado) Universidade de Lisboa: Lisboa, 2019.
- Ministério da Educação. Angola. Assembleia Nacional. Lei de Bases do Sistema de Educação. MED. Luanda: 2001.
- \_\_\_\_\_. *Diário do Professor 2020*. Luanda: Mensagem Editora MED/INIDE, 2020.
- MINGAS, A. A. **Interferência do kimbundu no português falado em Lwanda**. Luanda: Chá de Caxinde, 2000.
- NASCIMENTO, W. S. Políticas coloniais e sociedade angolana nas memórias e discursos do escritor Raul David. *Anos 90, Porto Alegre*, v. 23, n. 44, p. 265-289, dez. 2016.
- NORÉ, A.; ADÃO, A.. O ensino colonial destinado aos “indígenas” de Angola. Antecedentes do ensino rudimentar instituído pelo Estado Novo. *Revista Lusófona de Educação*, Lisboa, n. 1, p. 101-126, 2003.
- OLIVEIRA, H. T.; “A relação das línguas com a construção do Estado-nação angolano”, p. 219 -240. In: *Kadila: culturas e ambientes - Diálogos Brasil-Angola*. São Paulo: Blucher, 2016.
- \_\_\_\_\_. Língua portuguesa em Angola: silenciamentos, isolamentos e hierarquias. *Revista da Abralin*, v. 17 , n. 2, p. 234-269, 2018
- REIS, E. L. L. Pós-colonialismo, identidade e mestiçagem cultural: a literatura de Wole Soyinka. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- SASSUCO, D. P. Problemática de contacto das línguas bantu de Angola e o português: um olhar sobre o contacto fonético-fonológico. In: TIMBANE, A. A.; SASSUCO, D. P. UNDOLO, M. E. S. (Org.) *O português de/em Angola: peculiaridades linguísticas e a diversidade no ensino*. 1ª edição. São Paulo, 2021.
- SAMUELS, M. A. Educação ou instrução: a história do ensino em Angola. Luanda: Mayamba, 2011.
- SANTANA, Y. F. D.; TIMBANE, A. A. Evidências sociolinguísticas da variedade angolana do português e o combate ao preconceito linguístico. In: TIMBANE, A. A.; SASSUCO, D. P. UNDOLO, M. E. S. (Org.) *O português de/em Angola: peculiaridades linguísticas e a diversidade no ensino*. 1ª edição. São Paulo, 2021.
- SOUZA, S. P. Educação em Moçambique: a política do assimilado trilhando o caminho de privilégio da língua portuguesa no ensino. *Crítica Educativa*. Sorocabav. V.5, n. 1, p. 77–91, 2019. Disponível em: <https://www.criticaeducativa.ufscar.br/index.php/criticaeducativa/article/view/409>. Acesso em: 2 dez. 2025.
- ZAU, D. G. D. A língua portuguesa em Angola: um contributo para o estudo da sua nacionalização. Tese (Dotourado) - Universidade da Beira Interior. Portugal: Covilhã, 2011.